



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

II Encontro Nacional da Rede de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

Realizado de 7 a 9 de Novembro de 2011, em Recife, Pernambuco, o II Encontro Nacional da Rede Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas foi a reunião mais ampla da rede brasileira de organizações governamentais e não governamentais que enfrenta o tráfico de pessoas em suas diversas expressões.

Os objetivos do II Encontro foram:

1. Fortalecer a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas
2. Consolidar o II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (II PNETP) com a participação de organizações sociais e gestores de políticas públicas
3. Promover debates para a coleta de contribuições para a elaboração do sistema de monitoramento do II PNETP
4. Promover debates para a coleta de contribuições para o marco da constituição do Conselho Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas
5. Promover uma melhor integração entre os atores membros da Rede Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas
6. Promover maior intercâmbio e fortalecimento de relações entre atores nacionais e internacionais para o Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Brasil e no âmbito da União Europeia e do Mercosul

As atividades realizadas durante o evento foram:

8h - 9h - Credenciamento dos participantes

9h - 10h30

Solenidade de Abertura do II Encontro Nacional da Rede de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e do Seminário Internacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, **Paulo Abrão Pires**, Secretário Nacional de Justiça do Ministério da Justiça

Banda da Polícia Militar de Pernambuco

Palestra de abertura: "O tráfico de pessoas e seu enfrentamento", *Luis Paulo Gouveia - Diretor Central de Fronteiras e de Estrangeiros (Portugal)*

Coordenação: Paulo Abrão Pires Júnior, Secretário Nacional de Justiça

11h - 12h30

Painel I: II Encontro da Rede de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e o II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

☑ Informações sobre o II Encontro; II PNETP: trabalhos e resultados do processo participativo; Avanços e desafios para o enfrentamento do tráfico de pessoas: perspectivas atuais a partir do I PNETP e prioridades para o II PNETP

Palestrantes: Paulo Abrão Pires Júnior (SNJ); George Beserra (SDH); Aparecida Gonçalves (SPM); e Cristina Villanova (SENASP)

Coordenação: Fernanda dos Anjos (SNJ)

12h30 - 14h - Almoço.

14h - 16h

Painel II: Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas: Contexto e normativa internacional – Palestra: **Inez Lopes Matos C de Farias**,

Coordenadora Geral de Cooperação Jurídica Internacional – DRCI/SNJ/MJ; Conceito de tráfico e migrações – Palestra: **Márcia**

Sprandel (Conselho Nacional de Imigração); Política pública, visão geral da perspectiva brasileira - Palestra: **Frans Nederstigt** (Trama).

Programa
7/11/2011
Segunda

	<p>16h - 19h Oficinas temáticas 1. Modelos e funcionamento do sistema de monitoramento do II PNETP Coordenador: Ivelise Calvet (SNJ) Relator: Natália Aurélio (MS) Palestrantes: <i>Eduardo Gomor (MPOG)</i> <i>José Luis Rattón (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)</i> 2. Estruturação, funcionamento e integração das redes de atendimento Coordenador: Clarissa Carvalho (SPM) Relator: Ana Luiza Patrão (SNJ) Palestrantes: <i>Andrea Tuana Nageli (REM)</i> <i>Belén Liste Lázara - Secretaria Geral da Igualdade – Galícia (Espanha)</i> <i>Anália Ribeiro</i> 3. Modelos, funcionamento e integração de sistema de informações e dados Coordenador: Fernanda dos Anjos (SNJ) Relator: Sady Fauth (SNJ) Palestrantes: <i>Enrico Ragaglia - ICMPD (Áustria)</i> <i>Delano Cerqueira – DPF</i> 4. Planos e medidas de prevenção e repressão ao tráfico de pessoas durante grandes eventos e grandes obras Coordenador: George de Lima Beserra (SDH) Relator: Cristina Mariani (SNJ) Palestrantes: <i>Maria Gorete Medeiros Oliveira Vasconcelos (Childhood Foundation)</i> 5. Planos e medidas de prevenção e repressão ao tráfico de pessoas em situações críticas de fronteiras Coordenador: Cristina Villanova (SENASP) Relator: Luciana (SENASP) Palestrantes: <i>Dalila Figueiredo (ASBRAD)</i> <i>Alex Jorge das Neves (ENAFRON- SENASP)</i> 19h30 - 21h30 - Jantar, atividade cultural e encontros livres Atividade Cultural: <i>Orquestra Criança Cidadã</i></p>
<p>Programa 8/11/2011 <i>terça</i></p>	<p>09h - 12h Trabalhos em grupo: Aprofundamento de propostas para o II PNETP Grupo 1 – linha operativa 1 - Aperfeiçoamento da normatização e do marco regulatório para fortalecer o enfrentamento ao tráfico de pessoas & Linha operativa 4 - Produção, gestão e disseminação de informação e conhecimento sobre tráfico de pessoas Coordenador: Nathalie Albieri Laureano (Casa Civil) Relator: Cristina Mariani (SNJ) Grupo 2 – Linha operativa 2 - Integração e fortalecimento das operações e sistemas das políticas públicas, redes de atendimento e organizações para uma efetiva atuação e entrega de serviços necessários ao enfrentamento do tráfico de pessoas Coordenador: Clarissa Carvalho (SPM) e Cristina Villanova (SENASP) Relator: Ana Luiza Patrão (SNJ) e Sady Fauth (SNJ) Grupo 3 - Capacitação para o enfrentamento ao tráfico de pessoas Coordenador: José Guerra (SDH) Relator: Mariana Pimentel (SNJ) Grupo 4 - Campanhas, mobilização e incidência para o enfrentamento ao tráfico de pessoas Coordenador: George Beserra (SDH) Relator: Ivelise Calvet (SNJ) 12h - 14h - Almoço. 14h - 16h Painel III: Possibilidades e potencial para a constituição do Conselho ou Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas Palestrantes: Daniel Pitangueira de Avelino (Secretaria Geral da Presidência da República), Debora Aranha (Winrock), Marcelo Veiga (Ministério da Justiça); Coordenação: Paulo Abrão Pires Júnior, Secretário Nacional de Justiça 16h - 19h Trabalhos em plenária: Priorização das propostas do II PNETP 19h - 21h30 - Jantar, atividade cultural e encontros livres Atividade Cultural: <i>Grupo de Dança – Zenaide Bezerra</i></p>
<p>Programa 9/11/2011 <i>quarta</i></p>	<p>09h- 11h Trabalhos em Plenária: Apresentação do processo dos resultados dos trabalhos em grupo e da priorização do II PNETP 11h – 12h Palestra de Encerramento: “O II PNETP e os Direitos Humanos”, Ministra Maria do Rosário Nunes, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH) Solenidade de Encerramento do II Encontro Nacional da Rede de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e do Seminário Internacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas Coordenação: Paulo Abrão Pires Júnior, Secretário Nacional de Justiça 12h - 14h - Almoço e partida dos participantes</p>

Como parte da programação de trabalho para os participantes no II Encontro, foram planejadas oficinas de diálogo aberto e construção de propostas para temas críticos para a implementação da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, seja pela conjuntura nacional nos anos de validade deste II Plano, seja pela ainda frágil estrutura de funcionamento, articulação e gestão de processos de trabalho integrados sobre o tema.

Esses temas foram:

- Modelos e funcionamento do sistema de monitoramento do II PNETP
- Estruturação, funcionamento e integração das redes de atendimento
- Modelos, funcionamento e integração de sistema de informações e dados
- Planos e medidas de prevenção e repressão ao tráfico de pessoas durante grandes eventos e grandes obras
- Planos e medidas de prevenção e repressão ao tráfico de pessoas em situações críticas de fronteiras

Os debates nas oficinas sobre tais temas foram estimulados por palestrantes que tinham experiências a compartilhar e atuaram como provocadores positivos para que os participantes pudessem gerar sugestões para as políticas públicas no futuro. As sugestões feitas pelos participantes nestas oficinas também foram inseridas dentro no II PNETP.

Além disso, a ouvidoria criada durante o II Encontro recebeu recomendações e sugestões que também foram incorporadas no II Plano. Ao final do evento, os participantes puderam votar em um processo de priorização das metas até aquele momento incluídas no II PNETP.

O II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

O conjunto das ações que representam o II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e que serão implementadas pelos Ministérios e Secretarias, surgiram de processos de diálogo, análises e debates em muitos espaços e grupos diferentes, acontecidas entre junho e novembro de 2011.

Foram os seguintes os momentos de alimentação do II Plano:

1. Revisão pela equipe da Coordenadoria de ETP da SNJ do Relatório do I PNETP feito pelo Grupo Quadripartite
2. Revisão pela equipe da Coordenadoria de ETP da SNJ da Carta de Belo Horizonte com o feedback das organizações governamentais e não governamentais que participaram do encontro de avaliação do I PNETP para mapear o que incluir no II PNETP
3. Relato de atividades realizadas relacionadas ao tráfico de pessoas, apresentado individualmente por cada Ministério e/ou Secretaria membro do GTI
4. Avaliação pelo GTI do nível de implementação do I PNETP em cada política pública/Ministério e/ou Secretaria para identificar o que não havia sido implementado parcial e/ou totalmente e que mereceria seguir presente no II PNETP
5. Registro de propostas e/ou sugestões feitas pelos participantes dos três colóquios em Brasília entre os membros do GTI e agências internacionais, organizações da sociedade civil, pesquisadores e especialistas, equipes técnicas do sistema de justiça e direitos
6. Análise de compromissos internacionais do governo brasileiro pela equipe da Coordenação de ETP da SNJ para identificar recomendações de ações
7. Análise de pesquisas e investigações feitas na área de tráfico de pessoas para identificar recomendações de ações
8. Reuniões bilaterais com Ministérios e Secretarias para mapear propostas que já constam nos PPAs dos respectivos órgãos que devem repercutir no II PNETP
9. Diálogos com a CPI do Senado sobre o Tráfico de Seres Humanos para identificar recomendações que surgiram das investigações e audiências públicas que já poderiam ser inseridas no II Plano
10. Coleta de sugestões através da Consulta Virtual pelo site do Ministério da Justiça, aberta de agosto a setembro de 2011, com a participação de 135 pessoas
11. Realização de 37 plenárias livres para discutir a política nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas e produzir propostas para o II Plano, das quais participaram 1.551 pessoas de diferentes lugares, tendo sido 20 das plenárias em países estrangeiros com equipes consulares e embaixadas, organizações e grupos representantes da comunidade de brasileiros e seus parceiros.

12. Realização de 14 reuniões de trabalho dos 22 membros do GTI, representantes de Ministérios e Secretarias, para analisar as versões em progresso do II Plano, e acordar a inserção final das ações aprovadas dentro dos planos de cada Ministério e/ou Secretaria membro do GTI para o período orçamentário a se iniciar partir de 2012;
13. Debates para coletar sugestões e aprofundar metas propostas para o II Plano durante o II Encontro Nacional da Rede de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas com participação de cerca de 200 pessoas, em Recife, de 7 a 9 de Novembro de 2011.

Neste processo, o II PNETP se conformou em cinco linhas operativas:

- Linha operativa 1 - Aperfeiçoamento da normatização e do marco regulatório para fortalecer o enfrentamento ao tráfico de pessoas
- Linha operativa 2 - Integração e fortalecimento das operações e sistemas das políticas públicas, redes de atendimento e organizações para uma efetiva atuação e entrega de serviços necessários ao enfrentamento do tráfico de pessoas
- Linha operativa 3 - Capacitação para o enfrentamento ao tráfico de pessoas
- Linha operativa 4 - Produção, gestão e disseminação de informação e conhecimento sobre tráfico de pessoas
- Linha operativa 5 - Campanhas, mobilização e incidência para o enfrentamento ao tráfico de pessoas

Cada linha operativa se desdobra em atividades e metas, que expressam as ações concretas, qualitativa e/ou quantitativamente descritas de forma a permitir que o monitoramento do plano no futuro informe sua real execução.

Na tabela do II Plano em anexo também estão identificados cada Eixo da Política Nacional com o qual as metas contribuem: Eixo 1, da Prevenção; Eixo 2, da Atenção às Vítimas; e Eixo 3, da Repressão e Responsabilização. É importante observar que muitas metas se conectam com mais de um eixo.

Em cada meta no II Plano em anexo se informa quais os espaços de discussão e participação propuseram ideias que, somadas e mescladas entre si, resultaram nas propostas de metas inseridas no II PNETP. Assim, leia-se para:

- PL: plenária livre
- CV: consulta virtual
- GTI: trabalhos e debates nos espaços do GTI, seja entre as equipes interministeriais ou nos colóquios com os convidados
- II Encontro: trabalhos e debates nos espaços do II Encontro, relatório da ouvidoria do II PNETP durante o evento, oficinas temáticas e grupos de trabalho de aprofundamento das metas

Também estão incluídas nas tabelas do Plano em anexo, os números da votação de priorização das metas feita no II Encontro em uma sequência decrescente.

Após o II Encontro, o conjunto das propostas e recomendações feitas sobre as metas, somadas à priorização feita pelos participantes do evento, foi analisado pelo GTI para produzir a versão final do II PNETP.

Algumas metas foram modificadas à luz desse processo. Assim, algumas foram mescladas entre si e transformadas em um único texto e/ou removidas do Plano seja porque a sua execução não é de responsabilidade do Governo Federal, seja porque as ações fogem do escopo específico do tema relacionado ao tráfico de pessoas, ou ainda porque não se considerou factível sua implementação.

ANEXO I**RELATÓRIO DAS RECOMENDAÇÕES FEITAS DURANTE AS OFICINAS TEMÁTICAS
NO II ENCONTRO DA REDE NACIONAL DE ETP**

OFICINA TEMÁTICA	
Modelos e funcionamento do sistema de monitoramento do II PNETP	
1. Que o artigo 230 do código penal esteja no sistema das polícias	
2. Entrar em contato com a comissão de juristas que já está formada em São Paulo.	
3. Criação de um padrão federal de boletins de ocorrências, em que estivessem incluídas as formas de tráfico de pessoas e outras violências.	
4. Criação de um padrão federal de informações no âmbito da educação, saúde e assistência social.	
5. Continuidade (trimestral) de encontros de núcleos e postos para troca de informações.	
6. Criar linguagem técnica e padrão federal para que estados possam implementar relatórios/protocolos padronizados, respeitando as especificidades de cada região.	
7. Aperfeiçoar resolução nº 31 já publicada, colocando esses protocolos padronizados sugeridos.	
8. Inserir dados qualitativos para monitoramento do II PNETP.	
9. Que o governo federal fomente a implementação de mais núcleos, postos e comitês nos estados.	
10. Efetivo funcionamento de núcleos, postos e comitês.	
11. Monitoramento do orçamento da União e dos Estados para o II PNETP.	
12. Criar um relator nacional do tráfico de pessoas, tendo como referência os observadores de organismos internacionais.	

OFICINA TEMÁTICA	
Planos e medidas de prevenção e repressão ao tráfico de pessoas durante grandes eventos e grandes obras	
1. Divulgação das informações sobre as grandes obras.	
2. Audiências públicas nas cidades que vão sediar os eventos e receber as obras.	
3. Ações de reduções de danos: o que fazer? Que estruturas poderão atender a demanda pela redução dos danos. Planejamento com vistas nos impactos.	
4. Realizar outro momento para discutir especificamente grandes obras.	
5. Campanhas voltadas aos clientes torcedores.	
6. O governo deve se responsabilizar pelo fluxo migratório nas grandes obras.	
7. O governo deve pensar na segurança daqueles que virão para os grandes eventos, com cursos principalmente para a rede hoteleira certificando-os em temas como exploração sexual de crianças e tráfico de pessoas.	
8. O governo precisa incluir, no licenciamento social e ambiental, as responsabilidades dos envolvidos.	
9. Conselho tutelar temporário e/ou itinerante.	
10. Código de conduta para os setores da construção civil e esportivo.	
11. Judicializar, casos exemplares, em casos de licenciamento ambiental, a inclusão de impacto social (criar jurisprudência).	
12. Incluir/Envolver as prostitutas nas campanhas de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes.	
13. Responsabilização social das empresas quanto ao seu impacto social.	
14. Capacitar as pessoas para inclusão produtiva durante os grandes eventos de forma sustentável.	
15. Capacitação da população e das redes de atendimento às vítimas sobre os seguintes temas: direito da mulher à se prostituir, violência contra mulheres, tráfico de pessoas e exploração sexual de crianças e adolescentes.	
16. Aliança de diversos entes para o enfrentamento da violência contra as mulheres.	
17. Aproveitamento e qualificação da mão de obra local (grandes obras).	
18. Pensar e planejar as grandes obras e grandes eventos pelos três eixos do PNETP.	
19. Prestar informações para a mídia para transmissão de informações corretas e usando as terminologias adequadas.	
20. Fiscalização das grandes obras para enfrentar o trabalho escravo.	
21. Capacitação dos juízes e procuradores do trabalho com vistas a erradicar o trabalho escravo e o trabalho infantil.	
22. Veiculação de campanhas maciças de esclarecimento da sociedade sobre o tráfico de pessoas, principalmente para que se intensifiquem as denúncias.	
23. Capacitação dos atores para atendimento das vítimas.	
24. Que seja exigido em cada estado/município que nos estabelecimentos, que haja cartazes e mensagens sobre o crime de exploração sexual de crianças e adolescentes.	
25. Fortalecimento das políticas públicas de atendimento às vítimas.	
26. Controle social e monitoramento das políticas adotadas pelo governo e das ações empresariais que causem impacto social.	
27. Criação de uma mídia própria, do grupo, para continuidade dos trabalhos do II Encontro e para a fiscalização das grandes obras.	
28. Ampliar a rede de saúde para atendimento das demandas causadas por grandes obras e grandes eventos.	

OFICINA TEMÁTICA	
Planos e medidas de prevenção e repressão ao tráfico de pessoas em situações críticas de fronteiras	
1. Ao publicar estudos, ter visão crítica acerca dos dados estatísticos sobre o tráfico de pessoas, maior rigor, realização de pesquisa qualitativa sobre tráfico de pessoas.	
2. Maior ênfase na inteligência para investigação do crime de tráfico de pessoas para combater o crime organizado.	
3. Incluir o tema saúde pública no enfrentamento ao tráfico de pessoas, em razão das questões de dependência química, abortos inseguros, DST, Aids.	
4. Incentivo aos governos estaduais e municipais por parte do governo federal (campanhas de prevenção e capacitação dos agentes públicos).	
5. Realizar cursos de especialização e extensão, priorizando o conhecimento e a compreensão de conceitos, voltados aos agentes de segurança pública e defesa, em parceria com núcleos de enfrentamento ao tráfico, de pesquisa e organizações da sociedade civil nas universidades.	
6. Criar mecanismos de integração de políticas públicas intersetoriais para o enfrentamento.	
7. Intensificar capacitação e construção de procedimento, objetivando a sensibilização acerca do tema tráfico de pessoas (criação de um setor específico dentro dos órgãos de segurança pública).	
8. Aumento no controle de fluxos internos no deslocamento de pessoas com integração dos bancos de dados por meio de cooperação entre as diferentes instituições.	
9. Cooperação política voltada para o registro civil, a partir da expertise do Brasil para os países fronteiriços.	
10. Fiscalização e controle sobre os profissionais de segurança pública.	
11. Pesquisa que investigue a demanda por pessoas traficadas.	
12. Fortalecimento da Funai (coordenações técnicas).	
13. Sensibilização da população indígena para identificação de possíveis situações de tráfico de pessoas, respeitadas as peculiaridades de cada etnia.	
14. Controle nas regiões indígenas de fronteiras, no que diz respeito à entrada de drogas e bebidas alcoólicas, que torna vulneráveis mulheres e meninas à exploração sexual e ao tráfico de pessoas.	
15. Investigar a conexão do tráfico de pessoas com o tráfico de armas e drogas.	
16. Abordagem humanizada dos profissionais de segurança pública e defesa, identificando possíveis situações de tráfico de pessoas; solicitação de documentos na utilização de serviços de deslocamento, ampliando a preocupação para além do tráfico de drogas e armas.	
17. Fortalecimento da Polícia Federal com a sensibilização dos seus profissionais para priorizar a atuação no tema.	
18. Políticas públicas que atendam às diferenças culturais e linguísticas.	
19. Respostas comunitárias no atendimento de segurança pública nas comunidades indígenas.	
20. Pesquisa sobre tráfico de pessoas a partir das comunidades indígenas.	
21. Necessidade de políticas públicas específicas para estrangeiros que chegam ao Brasil indocumentados e permanecem longos períodos no conector do aeroporto internacional de Guarulhos.	
22. Investir na pesquisa do Brasil como país de destino de tráfico de pessoas e implantar serviços de acolhimento de estrangeiros vítimas.	
23. Intensificar a fiscalização e campanhas de sensibilização em embarcações.	
24. Espaços de acolhimento com equipe interdisciplinar qualificada e capacitada para identificar possíveis vítimas de tráfico (crianças e adolescentes).	
25. Capacitação para identificação de possíveis vítimas de tráfico por parte das instituições Exército, Marinha, Aeronáutica e Receita Federal.	
26. Necessidade de implantação de comitês de fronteira com o objetivo de facilitar o diálogo com os países fronteiriços, exigindo maior engajamento do MRE.	
27. Articulação da rede de enfrentamento junto aos núcleos estaduais de fronteira (Ministério da Integração), aos comitês de fronteira (MRE) e aos Gabinetes de Gestão Integrada.	
28. Criação de Câmaras Temáticas sobre tráfico de pessoas nos gabinetes de gestão integrada de segurança pública.	
29. Introduzir o tema tráfico de pessoas na pauta do Conasp, Conselho Nacional dos Comandantes Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, Conselho Nacional de Chefes de Polícia Civil e do Colégio Nacional dos Secretários de Segurança Pública.	
30. Incluir no Grupo Assessor do II PNETP a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República e o Ministério da Integração Nacional.	

OFICINA TEMÁTICA	
Modelos, funcionamento e integração de sistema de informações e dados	
1. Modelo de gestão de informações: LEO (americano)	
2. Capacitação dos agentes que irão alimentar o sistema	
3. Realizar workshops mensais para sistematizar informações regionais	
4. Identificar atores relevantes	
5. Trabalhar com a integração das informações	
6. Esforço do governo com cooperação da sociedade civil	
7. Prever um campo que não seja caminho judicial para as vítimas	
8. Envolver os Estados nos fóruns dos secretários de justiça, segurança	
9. Criação Observatório	
10. Conhecer melhor o observatório português	
11. Envolver os conselhos	

OFICINA TEMÁTICA Estruturação, funcionamento e integração das redes de atendimento
1. Criação de um Protocolo Regional no âmbito da REM (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai), de assistência, prevenção e atenção INTEGRAL e INTEGRADA às mulheres vítimas de tráfico (mulheres trans e travestis devem estar contempladas também nesse Protocolo Regional do MERCOSUL);
2. Criação de albergues específicos e/ou capacitação dos abrigos existentes para a proteção às pessoas em situação de tráfico;
3. Pronto atendimento na assistência às vítimas: a rede deverá atuar rapidamente na implementação das primeiras medidas de proteção, de preferência, dentro das primeiras 24 hs;
4. Aprofundar políticas que garantam o apoio, a segurança e a confiança das vítimas, dentre elas: albergues seguros, garantir a segurança de familiares, sobretudo, das filhas e filhos das vítimas;
5. Promover a integração de políticas públicas de reinserção social que garantam a demanda de acesso ao trabalho - oferecendo alternativas laborais , que não reforcem estigmas históricos - habitação, educação e saúde para a promoção da autonomia das pessoas em situação de tráfico;
6. Dar visibilidade ao tema de tráfico de pessoas no cotidiano social e torná-lo tema prioritário nas agendas sociais, de modo a garantir recursos para políticas de prevenção, atendimento, repressão e responsabilização;
7. Estimular a coordenação e a cooperação entre as redes de atendimento (judiciário, segurança pública, saúde, assistência social, instituições fiscais, as ONG's, etc) ;
8. Reforçar a capacitação dos operadores da justiça para o tema do tráfico de pessoas;
9. Padronizar as rotinas de assistência às vítimas, implementando fluxogramas de atendimento às vítimas estadual, nacional e internacional;
10. Compreender e difundir o que motiva as vítimas a migrarem em condições de vulnerabilidade, para se romper com a idéia que criminaliza as vítimas por sua situação de tráfico e de exploração;
11. Dar visibilidade à problemática das vítimas de tráfico para fins de exploração do trabalho doméstico que, por sua especificidade, torna-se, muitas vezes, invisível à sociedade e à rede de enfrentamento ao tráfico;
12. Referenciar nacionalmente e internacionalmente os Núcleos e Postos, como lócus especializado e humanizado de atendimento às vítimas quando retornam ao país de origem, para recepcionar as vítimas de forma adequada;
15. Definir pontos focais formalmente instituídos no Brasil e referenciá-los nacional e internacionalmente para viabilizar o atendimento integral às vítimas;
14. Melhorar a variável que trata sobre tráfico de pessoas na ficha de notificação compulsória nos serviços de atendimento na Saúde;
19. Mapear as diversas modalidades de tráfico de pessoas (doméstico, de órgãos, de pele, exploração do trabalho rural, além do tráfico para fins de exploração sexual), levando em consideração as especificidades nas diversas regiões do país para se alcançar políticas públicas mais eficazes
21. Trabalhar os preconceitos contra as mulheres, travestis e transexuais para o aprimoramento dos serviços de atendimentos às pessoas em situação de tráfico de pessoas;
22. Promover recursos para instituições de fomentos à pesquisas sobre o tema do tráfico de pessoas
23. Reforçar nas capacitações e informar a sociedade sobre o tráfico interno;
24. Considerar nas capacitações de serviços da rede a recomendação da OMS sobre saúde mental das pessoas e situação de vulnerabilidade;
22. Responder ao questionamento: Por quanto tempo a vítima é considerada vítima?

ANEXO II

**RELATÓRIO DAS OBSERVAÇÕES TRAZIDAS À OUVIDORIA DO II PNETP DURANTE O
II ENCONTRO DA REDE NACIONAL DE ETP**

Propostas, demandas, sugestões trazidas
1) Revisar terminologia sobre abrigo com MDS; tem termos inaqueados ao longo do texto do II PNETP
2) Meta 4A2: mudar palavras “opção sexual e/ou transexual” para “orientação sexual e identidade de gênero”
3) Mudar em todo o plano o termo “vítima” por “pessoa traficada”
4) Meta 5.A.4: - dentro da capacitação dos funcionários de postos, treiná-los para que tenham capacidade de identificar os casos de tráfico de pessoas, atuando como multiplicadores do processo (similar aos trabalhadores de companhias aéreas e de empresas de turismo) - treinar os gerentes dos postos, e não somente os frentistas pela rotatividade alta deste profissionais;
5) Garantir agilidade pro atendimento das pessoas que reportem possíveis casos de tráfico par evitar perder o caso pela demora na resposta dos servidores públicos que receberem a denuncia por exemplo, disque 100
6) Incluir femininos e masculinos em tudo: ex - os/as em tudo, professoras/res etc
7) Meta 3.B.4: precisa de detalhamento, por exemplo: formação de formadores, formar diretamente os próprios educadores como faz o repórter brasil com o projeto escravo nem pensar; considerar estudar a metodologia da repórter brasil
8) Meta 3.B.13: precisa de detalhamento para identificar quais são os profissionais a serem capacitados dentro da equipe de saúde da família, e definir as áreas geográficas onde realizar
9) Garantir que todos os estados, com atenção especial aos que ainda não tem comitê formado, tenha, capacidade formal de contribuir para as diretrizes da campanha: atenção com prazos
10) Meta 1.A.15 – revisar: “turismo sexual não é tráfico e não deveria estar no II PNETP; turismo sexual não tem definição clara e se forem considerados os turistas que buscam prostitutas, isso não é crime
11) Meta 1.A.9 – revisar o artigo 231 para retirar a equiparação entre prostituição e exploração sexual
12) - A questão dos idiomas deve ser incluída como diretriz transversal no Plano; Necessário material voltado à capacitação para comunicação com pessoas portadoras de deficiências.
13) garantir que no plano existam atividades de capacitação e conscientização dos brasileiros vivendo fora do brasil, assim como para os brasileiros que vivem no país
14) Cursos de idiomas para prostitutas deve ser incluído
15) Cuidar para que as metas de capacitação sejam qualificadas sufientemente para deixar claro que há efeitos de uso e de multiplicação depois; por exemplo: 500 profissionais de saúde capacitados não identifica onde será, nem que perfil de profissionais se têm relação com o tema ou capacidade de intervir sobre o tema etc
16) Explicitar a palavra assistência jurídica gratuita em todo o II PNETP para que as vítimas recebam atenção jurídica junto com os demais tipos de assistência
17) Revisar II PNETP para verificar se as seguintes ideias/sugestões da carta de BH foram incorporadas: Recomendações de atividades para o II Plano de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas Prioridade 4 Recomendação geral a relação de termos: Grupos sociais específicos precisam ser definidos e incluindo outros grupos como, por exemplo, prostitutas, garotos de programa, transexuais, crianças e adolescentes que sofrem de violência. Atividades específicas para o Ministério de Justiça Desenvolver material desenvolvido em oficinas com representantes dos grupos sociais específicos por exemplo Rede Brasileira de Prostitutas, SUAS, Rede Travesti/Transsexuais Antra para os grupos sociais específicos que querem migrar com dicas, endereços, informações jurídicas etc. Mapeamento de serviços de atendimento para os grupos sociais específicos no exterior para cada grupo separado Viabilizar um Fórum de Internet para prostitutas para incentivar discussões e divulgar informações úteis na migração e incentivar o intercambio de experiências para prevenir violações de direitos humanos Viabilizar Conferencia sobre o reconhecimento/regulamentação da prostituição com o Ministério de Trabalho e Emprego, Justiça, Saúde, Educação, Secretaria de Mulheres, Secretaria de Direitos Humanos e representantes das referentes redes. Viabilizar cursos de idiomas em organizações de sociedade civil e outros para pessoas aumentarem a capacidade de comunicar Atividades Gerais e Secretaria de Direitos Humanos Elaboração de Campanha afirmativa de prostituição para diminuir estigma

ANEXO III**Relação das Plenárias Livres**

PL21EUA 11/8/2011 Boston	PL14SP 15/9/2011 Bauru
PL01DF 13/8/2011 Brasília	PL30SP 15/9/2011 Caragatatuba
PL11MT 16/8/2011 Cuiabá	PL34Londres 15/9/2011 Londres
PL02DF 19/8/2011 Brasília	PL41PE 15/9/2011 Recife
PL16SP 22/8/2011 Sorocaba	PL48Guiana 16/9/2011 Georgetown
PL03CE 22/8/2011 Fortaleza	PL28SP 19/9/2011 Campinas
PL05SP 26/8/2011 Marília	PL19SP 20/9/2011 São Paulo
PL12SP 26/8/2011 São José do Rio Preto	PL37CE 20/9/2011 Fortaleza
PL20Paraguai 29/8/2011 Assunção	PL18GO 20/9/2011 Goiânia
PL04SP 29/8/2011 São Paulo	PL45RJ 21/9/2011 Niterói
PL07EUA 30/8/2011 São Francisco	PL26Itália 21/9/2011 Roma
PL53Miami 30/8/2011 Miami	PL31SP 22/9/2011 Guarulhos
PL06CE 1/9/2011 Fortaleza	PL38DF 22/9/2011 Brasília
PL09SP 2/9/2011 Presidente Prudente	PL50ES 23/9/2011 Vitória
PL24Suriname 2/9/2011 Paramaribo	PL52BA 23/9/2011 Salvador
PL08DF 2/9/2011 Brasília	PL36California 24/9/2011 Oakland
PL32Roterdã 5/9/2011 Roterdã	PL35Zurique 24/9/2011 Zurique
PL10SP 6/9/2011 Araraquara	PL43PI 26/9/2011 Teresina
PL25França 8/9/2011 Paris	PL46AM 27/9/2011 Manaus
PL17RS 9/9/2011 Porto Alegre	PL47MT 28/9/2011 Várzea Grande
PL27EUA 12/9/2011 Washington	PL51Madrid 28/9/2011 Madrid
PL29MS 13/9/2011 Campo Grande	PL40PB 29/9/2011 Campina Grande
PL15SP 13/9/2011 São José dos Campos	PL44Alemanha 30/9/2011 internet/ skype
PL22Belgica 13/9/2011 Bruxelas	PL49PE 30/9/2011 Garanhuns
PL23Alemanha 14/9/2011 Munique	PL54MG 30/9/2011 Contagem
PL13SP 14/9/2011 Itanhaém	PL55MG 30/9/2011 Belo Horizonte
PL33Itália 14/9/2011 Milão	PL39Lisboa Portugal
PL42Portugal 15/9/2011 Porto	